

**SOBRE CERTAS DISSIMILARIDADES ENTRE AS
INVESTIGAÇÕES FILOSÓFICAS DE WITTGENSTEIN
E O BEHAVIORISMO RADICAL DE SKINNER**

**[ON CERTAIN DISSIMILARITIES BETWEEN
WITTGENSTEIN'S *PHILOSOPHICAL INVESTIGATIONS*
AND SKINNER'S RADICAL BEHAVIORISM]**

Tiago de Oliveira Magalhães

Doutorando pela Universidade Federal do Ceará
Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e
Tecnológico

DOI: <http://dx.doi.org/10.21680/1983-2109.2017v24n43ID10297>

Natal, v. 24, n. 43
Jan.-Abr. 2017, p. 175-225

Princípios
Revista de filosofia

E-ISSN: 1983-2109



Resumo: A oposição ao dualismo, ao mentalismo, ao reducionismo e ao referencialismo, bem como a cuidadosa atenção dada ao comportamento, vêm sendo corretamente apontadas como similaridades entre o Behaviorismo Radical de Skinner e a filosofia tardia de Wittgenstein. Com o intuito de contribuir para uma comparação mais completa entre as obras desses autores, este artigo procura evidenciar pontos em torno dos quais eles divergem. Em linhas gerais, algumas das dissimilaridades mais significativas consistem em, contrariamente a Wittgenstein, Skinner alinhar-se à metafilosofia naturalista, dar ênfase à natureza empírica e pragmática do conhecimento, defender a possibilidade de compreensão da normatividade e da racionalidade em termos de regularidades factuais, adotar uma postura eliminativista diante da linguagem comum e empregar o conceito de eventos privados.

Palavras-chave: Behaviorismo Radical; Filosofia da psicologia; Normatividade; Privacidade; Skinner; Wittgenstein.

Abstract: The opposition to dualism, mentalism, reductionism and referentialism, as well as the careful attention given to behavior, has been correctly indicated as similarities between Skinner's Radical Behaviorism and Wittgenstein's late philosophy. In order to concur to a more complete comparison, this work attempts to highlight points around which these authors diverge. Broadly, some of the most significant dissimilarities are related to the fact that, unlike Wittgenstein, Skinner embraces a naturalist metaphilosophy, emphasizes the empirical and pragmatic nature of knowledge, defends the possibility of understanding normativity and rationality in terms of factual regularities, adopts an eliminativist stance towards common language and makes use of the concept of private events.

Keywords: Radical behaviorism; Philosophy of Psychology; Normativity; Privacy; Skinner; Wittgenstein.

Este trabalho tem o propósito de explicitar certas dissimilaridades entre os pensamentos de Skinner e do Wittgenstein das *Investigações Filosóficas*. Desde o artigo seminal de Willard Day, comparar os dois autores tem sido comum entre estudiosos da filosofia criada por Skinner, o Behaviorismo Radical (Abib, 1997; Catania, 2003; Costa, 2000; Costall, 1980; Endemann e Tourinho, 2007; Leigland, 1998; Schoneberger, 1991; Tourinho e Endemann, 2008; Waller, 1977; Zuriff, 2003):

It is my opinion that Skinner's position is more compatible with the later views of Wittgenstein than with other philosophical approaches more widely accepted among psychologists. [...] In what follows I shall list, and comment briefly upon, 10 specific similarities between the later work of Wittgenstein and the systematic position of B. F. Skinner (Day, 1969, p. 489)

Essas comparações, como sugere o trecho acima, tendem a destacar mais frequentemente as semelhanças entre suas contribuições do que as divergências. Tal viés pode criar obstáculos para a compreensão das obras em questão, obscurecendo particularidades cuja identificação é indispensável a uma interpretação acurada das mesmas. Assim, a exposição que segue pretende contribuir para a elaboração de um quadro comparativo mais equilibrado, dando ênfase aos temas a respeito dos quais Skinner e Wittgenstein não concordam.

Como, ao longo do tempo, as formas de pensar de ambos passaram por mudanças significativas, é necessário deixar claro que o foco aqui, em consonância com a literatura secundária supracitada, são o Behaviorismo Radical tal como se apresenta a partir do artigo “The Operational Analysis of Psychological Terms” (1945), em que Skinner delineia suas concepções fundamentais sobre linguagem e eventos privados (Cf. Moxley, 2001a; Cruz; Cillo, 2008), e a gramática filosófica desenvolvida por Wittgenstein em meados da década de 30, quando abandona o projeto representacionista do *Tractatus Logico-Philosophicus* (1921) e passa a dar atenção privile-

giada à pragmática da linguagem, processo de desenvolvimento extenso e intrincado (Cf. Hacker, 1986; Monk, 1990; Sluga, 1996) que culmina com suas *Investigações Filosóficas*. Obras anteriores, naturalmente, também são levadas em consideração, especialmente quando antecipam características importantes dos períodos priorizados.

O conjunto das dez similaridades apontadas por Day (1969), apresentado na tabela 1, é tomado, aqui, como ponto de partida. Alguns dos itens enumerados, brevemente expostos na seção seguinte, identificam similaridades consideráveis. Outros, discutidos posteriormente, não são igualmente pertinentes e devem ser vistos com reserva. Além disso, nas demais seções, são também acrescentados pontos que não constam na lista de Day.

Lista de Similaridades entre Skinner e Wittgenstein	
Day (1969). “On certain similarities between the <i>Philosophical Investigations</i> of Ludwig Wittgenstein and the operationism of B.F. Skinner	
1. Antipatia ao Positivismo Lógico	6. Natureza Comportamental da Linguagem
2. Anti-Reduccionismo	7. Oposição às Teorias Referencialistas
3. Anti-Dualismo	8. Natureza do Significado: Uso
4. Consideração da Privacidade	9. Anti-Mentalismo
5. Impossibilidade de uma Linguagem Puramente Privada	10. Abordagem Descritiva

Tabela 1

Similaridades

O segundo ponto assinalado por Day, “anti-reduccionismo”, é algo que se pode destacar como genuína similaridade. Tanto Skinner quanto Wittgenstein se negam a abordar o comportamento apelando a conceitos que ultrapassem o âmbito propriamente comportamental. O que um indivíduo faz não é o somatório das atividades desempenhadas pelas partes de seu organismo. Filósofos

contemporâneos influenciados por Wittgenstein (Bennett; Hacker, 2007; Noë, 2010) chamam de *falácia mereológica* o erro, muito frequentemente cometido por neurocientistas e psicólogos cognitivos, de se referir ao sistema nervoso central como se ele próprio fosse o sujeito que pensa, sente ou lembra. Essa objeção se baseia na observação de Wittgenstein de que apenas ao que pode comportar-se como um ser humano é possível atribuir fenômenos mentais (1953, §283). De maneira similar, para Skinner (1938; 1974), o comportamento que a psicologia deve estudar é aquele que se pode atribuir ao organismo íntegro (Tourinho; Teixeira; Maciel, 2000; Zilio, 2013; 2016). Assim, no que tange à oposição à falácia mereológica, é correto dizer que ambos os autores adotam uma posição antirreducionista¹.

O “anti-dualismo”, terceiro aspecto destacado por Day, também contém um ponto de concordância substancial. Ambos os autores negam veementemente a pertinência da divisão da realidade em dois substratos, o físico e o mental. A isso se soma o nono ponto, o “anti-mentalismo”, a negação de que existam referências não-físicas por trás dos termos psicológicos. Diante dos contrassensos do dualismo e do mentalismo, Skinner não via problema em se autointitular monista (1963; 1974). Já Wittgenstein acreditava que afirmar a natureza exclusivamente física da realidade pode levar a equívocos graves – a negação da existência de eventos psicológicos, por exemplo –, como no seguinte raciocínio: “a emoção é um fenômeno mental; não existe uma natureza mental; logo, não existe a emoção”. O monismo de Skinner não o levou a incorrer em argumentos dessa ordem, mas o conflito em torno de considerações ontológicas tem influência sobre o tratamento divergente que os autores dispensam à questão da privacidade, como veremos mais à frente.

¹ *Reduccionismo* é um termo polissêmico. A presente análise não implica que Skinner e Wittgenstein estejam de acordo no que diz respeito às suas demais acepções.

Por fim, algumas concepções gerais sobre a linguagem e o significado – enumeradas por Day nos sexto, sétimo e oitavo pontos – apresentam uma série de similaridades fundamentais. O viés referencialista, que concebe a nomeação de objetos como a função essencial da linguagem, é amplamente criticado por Wittgenstein, nas *Investigações*, e por Skinner, em *Comportamento Verbal* (Endemann; Tourinho, 2007). Nessas obras, a linguagem é compreendida sob uma perspectiva pragmática, ou seja, tomando as ações dos sujeitos linguísticos em seus contextos como categoria central de análise. Ambos também asseveram que essas práticas constitutivas da linguagem não podem ser compreendidas senão em sua participação no todo da vida humana, estando o significado de uma expressão intimamente associado ao uso que dela se faz em diferentes contextos.

Critério de verdade

Algumas das similaridades indicadas por Day são coincidências pouco significativas. É o caso da primeira delas, “antipatia ao positivismo lógico”. Não há dúvida de que tanto Skinner quanto Wittgenstein repudiaram essa corrente filosófica, mas tal fato por si só não permite inferir a existência de qualquer afinidade relevante entre seus pontos de vista, dado que é possível se distanciar de um referencial adotando posições muito distintas. Day não descreve de que forma os autores caracterizam suas divergências com o positivismo lógico, reconhecendo que “the specific ways remain to be identified in which the views of Skinner and Wittgenstein are jointly incompatible with that position” (p. 492).

O problema com a observação acima é que ela pode dar ocasião a impressões equivocadas – ainda que não se as possa atribuir ao próprio Day – como a de que, por criticarem as noções de verdade e privacidade do positivismo lógico, Skinner e Wittgenstein tenham noções similares de verdade e privacidade. Essa conclusão não resiste a um exame atento das concepções de cada autor. A questão da privacidade demanda mais espaço e esclarecimentos

prévios, sendo, por isso, discutida nas duas últimas seções. Já a divergência em torno da concepção de verdade pode ser aqui exposta em poucas palavras. Skinner rechaça o verificacionismo do Círculo de Viena e adota uma posição pragmatista² (Abib, 2001; Barnes-Holmes, 2000; Lattal; Laipple, 2003; Tourinho, 1994, 1996; Tourinho; Neno, 2003), que, em linhas gerais, identifica a verdade à possibilidade de interação efetiva com o mundo:

The ultimate criterion for the goodness of a concept is not whether two people are brought into agreement but whether the scientist who uses the concept can operate successfully upon his material – all by himself if need be. What matters to Robinson Crusoe is not whether he is agreeing with himself but whether he is getting anywhere with his control over nature (1945, p. 381).

Para Wittgenstein, atribuir verdade e atribuir efetividade são jogos de linguagem muito distintos e definir um em relação ao outro, como fazem os pragmatistas, é um equívoco (Glock, 1996), pois, tomando-se o caso da aplicação da aritmética, “posso considerar o cálculo errado mesmo se as ações baseadas em seu resultado tenham conduzido ao fim desejado” (Wittgenstein, 1978, §133). Wittgenstein compara o pragmatista à pessoa que, tendo visto na rua uma caixa com os números 5 e 7, calculou: $5 \times 7 = 64$ e

² O termo *pragmatismo* pode causar certa confusão, de modo que é conveniente discernir as duas acepções que dele se faz neste trabalho. É frequente que se chamem de pragmatistas autores que, ao lidar com problemas filosóficos, dão atenção privilegiada à ação e ao contexto em que ela ocorre, sobretudo no âmbito da filosofia da linguagem e da filosofia da mente. Essa primeira acepção, de que se fez uso na seção anterior, está tradicionalmente associada a autores como Austin, Ryle, Searle e Strawson. Já o pragmatismo de que se fala nesta seção caracteriza-se por certa concepção de verdade e é mais canonicamente atrelada aos nomes de pensadores americanos, como James, Dewey e Rorty. É perfeitamente possível combinar as duas e, frequentemente, quem se compromete com uma teoria pragmatista da verdade o faz em termos de uma pragmática da linguagem. Mas as duas concepções são independentes, de forma que não necessariamente a adoção de uma é incoerente com a rejeição da outra.

apostou nesse resultado, ganhando assim um prêmio. Diante de alguém que tenta lhe apontar o erro, o indivíduo responde: “eu ganhei na loteria e ele quer me dar lições!”. Wittgenstein é avesso não apenas ao pragmatismo, mas a qualquer tentativa de definição de verdade, noção que, quando muito, deve ser esclarecida apenas por uma modesta teoria da redundância, que se limite a reconhecer que “p” e “é verdade que p” dizem a mesma coisa (Horwich, 2006).

Filosofia e Ciência

Também ao discorrer sobre o tópico com que sua explanação se encerra, “interesse na descrição”, Day dá demasiada visibilidade a uma proximidade não muito significativa. Quando se caracteriza de maneira mais detalhada o tipo de descrição que cada autor realiza e o contexto mais amplo em que se encaixa, com seus critérios e objetivos peculiares, ficam delineados dois projetos nitidamente contrastantes. Utilizando o vocabulário analítico-comportamental, seria possível afirmar que Day, neste ponto, distraiu-se com uma irrelevante coincidência de topografias e deixou escapar um aspecto funcional fulcral.

A descrição do comportamento realizada por Skinner está, acima de tudo, a serviço da ciência, que ele reconhece não apenas como uma modalidade privilegiada de produção de conhecimento (1938; 1945; 1947; 1953; 1971; 1974), mas como fonte de princípios cuja aplicação pode ser indispensável na resolução dos mais diversos problemas humanos (Dittrich, 2004a; Castro, 2008, 2013; Melo, 2010). Na década de 50, em meio aos mais intensos temores de um cataclismo nuclear, essa aplicação passou a ser defendida como uma verdadeira premência, a desconsideração da tecnologia fundamentada na ciência do comportamento podendo significar, até mesmo, a própria destruição da humanidade:

The methods of science have been enormously successful wherever they have been tried. Let us then apply them to human affairs. We need not retreat in those sectors where science has already advanced. It is neces-

sary only to bring our understanding of human nature up to the same point. Indeed, this may well be our only hope (Skinner, 1953, p. 5).

O peso da ameaça nuclear declinou ao longo dos anos, mas isso não alterou o conteúdo ou arrefeceu a veemência do discurso skinneriano, segundo o qual o cientista do comportamento dispõe – ou, ao menos, deve vir a dispor – de *expertise* para lidar não apenas com questões pontuais, mas também com as mais profundas indagações éticas e políticas, estando apto, portanto, a prescrever as formas mais apropriadas de organização social (Dittrich, 2004b; Melo, 2010). A figura do analista do comportamento como planejador cultural foi inicialmente exposta na novela utópica *Walden II* (1948/1978) e defendida posteriormente de forma explícita em escritos não ficcionais (1961, 1968, 1977), principalmente no livro *Beyond Freedom and Dignity* (1971).

A afeição de Skinner ao método científico se torna evidente, também, na concepção naturalista de filosofia que ele desenvolveu, segundo a qual não há um campo de conhecimento exclusivamente filosófico, independente da ciência e a ela inacessível. Como afirma Dittrich: “para o behaviorista radical, problemas filosóficos podem ser cientificamente investigados de forma proveitosa. [...] Demarcar fronteiras rígidas entre filosofia e ciência não constitui [...] uma estratégia produtiva” (2005, p. 16). Tudo que diz respeito à prática científica, inclusive seus pressupostos fundamentais, pode ser objeto de pesquisas empíricas analítico-comportamentais, pois o que os cientistas fazem também é comportamento (Dutra, 2004). A única fronteira que ainda permite distinguir a especulação filosófica behaviorista radical da explicação analítico-comportamental genuinamente científica se deve a limitações metodológicas – impossibilidade de observação e/ou controle de variáveis, por exemplo – e não ao caráter essencial das questões que procuram responder.

Wittgenstein, por sua vez, desde o início de sua carreira acadêmica (1914/1984), dizia haver entre ciência e filosofia uma dis-

tinção radical. No *Tractatus*, ele afirma categoricamente que o método científico não é adequado às questões da filosofia e que os filósofos não se devem deixar seduzir pelas explicações científicas, especialmente pelas psicológicas (4.111-4.113). A amplitude dessa atitude negativa em relação à ciência torna-se patente na seguinte passagem, em que Wittgenstein declara sua aversão à cultura ocidental, cuja decadência, a seu ver, está intimamente associada a seu caráter exacerbadamente cientificista³:

É-me indiferente que o cientista ocidental típico compreenda ou aprecie, ou não, o meu trabalho, visto que de qualquer modo ele não compreenderá o espírito com que escrevo. A nossa civilização é caracterizada pela palavra “progresso”. Fazer progressos não é uma das suas características, o progresso é, mais propriamente, a sua forma. Ela é tipicamente construtora. Ocupa-se em construir uma estrutura cada vez mais complicada. E até mesmo a claridade é desejada apenas como um meio para atingir esse fim, nunca como um fim em si mesmo. Para mim, pelo contrário, a claridade e a transparência são em si mesmas valiosas. Não estou interessado na construção de um edifício, mas sim em ter uma visão clara dos alicerces de edifícios possíveis. Assim, não visio o mesmo alvo que os cientistas e a minha maneira de pensar é diferente da deles. (Wittgenstein, 1929/2000, p. 20-21).

Essas avaliações discrepantes dos méritos do método científico, obviamente, vinculam-se a empreendimentos intelectuais dotados de objetivos muito distintos. Enquanto Skinner pretende descrever relações funcionais entre eventos comportamentais e eventos ambientais, produzindo novos conhecimentos que possibilitem previsão e controle do comportamento, Wittgenstein descreve jogos de linguagem sem a pretensão de estender o conhecimento e, muito menos, a capacidade de controle e previsão que se tem deles. Diferentemente de Skinner, que delinea e implementa um vasto

³ Naturalmente Wittgenstein não se opunha ao emprego do método científico em si mesmo. Sua objeção se dirige à confiança injustificada de que esse método *deva* ser aplicado a certos tipos de problemas.

campo de pesquisa empírica, Wittgenstein se propõe a filosofar recorrendo apenas ao saber intrínseco à prática do falante comum.

Ao atentar para as ações dos seres linguísticos, Skinner pretende encontrar relações funcionais que só se pode conhecer *a posteriori*, por meio do uso direto ou indireto da experimentação. Evidenciar esse tipo de relação é esclarecer a origem histórica dos eventos, explicando-os à luz da ocorrência de um conjunto de outros eventos. Wittgenstein chamava de externas essas relações eminentemente factuais e basicamente se referia a elas para dizer que são desprovidas de interesse filosófico (1953; 2005). A descoberta de regularidades *a posteriori*, sob esse ponto de vista, deve ser indiferente ao filósofo, já que seu objeto são as relações conceituais logicamente anteriores àquelas descobertas. Tais relações, também chamadas de internas ou gramaticais, devem ser procuradas na própria superfície da prática linguística comum, no conjunto de implicações normativas, formuláveis em regras explícitas ou não, que estabelecem o uso apropriado dos termos (1953). A investigação gramatical, portanto, apenas organiza e esclarece aquilo que já é conhecido por qualquer falante experiente de um idioma qualquer.

Perguntas filosóficas como “o que é o belo?”, “o que é o conhecimento?”, “o que é a verdade?” parecem demandar revelações a respeito de uma realidade profunda, o que sugere que as responder seria como devassar um campo oculto, expondo as essências últimas das coisas. Wittgenstein atribui esse equívoco à concepção de que a linguagem funciona sempre do mesmo modo e que o conhecimento é um todo homogêneo (1969). Há questões que não são respondidas por meio da aquisição de novas informações a respeito de seus objetos. No caso dos questionamentos filosóficos, conforme Wittgenstein, o que se faz necessário é o esclarecimento do modo como funcionam os conceitos pertinentes, ou seja, o esclarecimento da gramática dos termos que causam inquietações (1953, §383). Responder à primeira pergunta apresentada neste parágrafo não consiste em descobrir coisas sobre um

objeto, chamado “o belo”, como quem descreve um planeta até então incógnito. Trata-se de examinar aquilo que qualquer usuário da expressão já sabe, fornecendo, a partir disso, uma visão panorâmica de seus modos apropriados e inapropriados de uso. É nessa explicitação da gramática das expressões que verdadeiramente consiste a busca pela essência ou pela natureza das coisas (1953, §371).

As relações gramaticais visadas por Wittgenstein constituem, portanto, a base do significado das expressões. Elas não são constatadas por meio de pesquisas empíricas, pois são o próprio ponto de partida conceitual que, entre outras coisas, possibilita tais pesquisas. “Um ponto no campo visual não pode ser branco e preto ao mesmo tempo”, por exemplo, não tem conteúdo factual, ela é considerada verdadeira não por que se procurou sem sucesso por uma tal combinação de cores, mas por expressar adequadamente uma incompatibilidade gramatical. Similarmente, a verdade de “todo objeto físico tem comprimento” não deriva de um bem-sucedido acúmulo de dados empíricos, mas do fato de que não se dá o nome de objeto físico a algo que não tenha comprimento, ou seja, deriva da gramática dos termos em questão. Já “a maioria das folhas das árvores é verde” ou “em um reflexo, quanto maior for a intensidade do estímulo, maior será a magnitude da reposta”, não enunciam relações gramaticais; para determinar seus valores de verdade é indispensável evocar certos dados factuais, indo além do mero modo como se usam as expressões que as constituem.

Normatividade

Segundo Wittgenstein, uma expressão linguística tem sentido quando está inserida em uma teia de relações, uma gramática, que estabelece seus usos corretos e incorretos. Sua concepção de gramática, portanto, é essencialmente normativa. Em torno disso é possível constatar mais uma notável dissimilaridade. Skinner aborda a normatividade da linguagem partindo da definição de comportamento verbal como operante controlado pelas contin-

gências dispostas por uma comunidade. Sob essa perspectiva, os sentidos das expressões devem ser buscados entre os seus determinantes ambientais (Skinner, 1945; 1957). Assim, as relações normativas, quaisquer que sejam elas, se devem à prática concreta de interação entre os membros da comunidade verbal e podem, portanto, ser explicadas por meio dos princípios analítico-comportamentais. Em diferentes momentos, Skinner manifesta de forma clara sua confiança na superioridade da análise do comportamento diante da eventual concorrência de disciplinas normativas, como a lógica:

If it turns out that our final view of verbal behavior invalidates our scientific structure from the point of view of logic and truth-value, then so much the worse for logic, which will also have been embraced by our analysis (1945, p. 282).

What, for example, is the net contribution of modern logic toward such a science [do comportamento verbal]? Perhaps this is not a fair question, since most logicians will contend that they are not interested in a casual description but, rather, with how a man ought to proceed linguistically to obtain the most effective results. But many logicians engage in what is essentially an empirical analysis, and few are content to withhold all descriptive comment. Even in the construction of formal semantic or syntactical systems, the logician's experience with real languages plays a considerable part. But in what sense do logicians respect the canons of science in their treatment of verbal behavior? What are their methods of observation? What are their data? What is the status of the concepts and laws derived from these data? From the point of view of methodology, it is doubtful whether any logical account of language can be regarded as science at all (1948, p. 3).

Essa maneira de lidar com o tema é francamente contrária ao ponto de vista de Wittgenstein, para quem relações normativas são irreduzíveis a relações de outra natureza, não podendo, portanto, ser definidas em termos factuais. Qualquer tentativa de definição desse tipo estaria, a seu ver, fadada ao fracasso: “Wittgenstein argumenta que nenhuma explicação substancial, seja do significado linguístico, seja do conteúdo mental, é possível. [...] Qual-

quer tentativa nesse sentido ou acabará pressupondo a própria coisa que tenta explicar ou não conseguirá sustentar a normatividade do conteúdo” (Thornton, 2007, p. 52-53). Na concepção pragmatista de Skinner, a pressuposição daquilo que se tem de explicar não é embargo, contanto que ocorra de forma a expandir a capacidade de controle e previsão do fenômeno estudado.

Para tornar clara a divergência em torno da normatividade é indispensável abordar o modo como cada autor caracteriza a noção de regra. O mero fato de cada um estabelecer delimitações distintas não constitui discordância das mais profundas, dada a diversidade das aplicações possíveis desse termo, que vai das instruções estritas, que se assemelham às implementadas por máquinas de Turing, às normas de convivência que os seres humanos naturalmente estabelecem entre si sem lhes dar expressão verbal clara; mas atentar para essa disparidade semântica pode evidenciar alguns pontos interessantes para os propósitos deste artigo.

As concepções de regra de Skinner e de Wittgenstein são fundamentais para o próprio modo como caracterizam suas propostas. Wittgenstein atribui à sua filosofia o objetivo de esclarecer regras gramaticais (1953, 2005), adotando aí uma concepção de regra extremamente ampla, que não demanda a existência de formulações verbais explícitas. Dando ênfase a seu aspecto normativo, Wittgenstein chama de regra um parâmetro de correção, algo que determina o que conta como segui-la e o que não conta. Assim, “regra x” e “comportamento de seguir a regra x” se definem mutuamente, de forma que há, entre eles, uma relação gramatical. Quando alguém segue uma regra, atende a um pedido, cumpre uma ordem etc., isso ocorre porque há uma relação normativa entre a regra e o que esse alguém faz, e não em virtude da ocorrência de interações factuais entre formulações de regra e comportamentos. O que interessa a Wittgenstein em uma regra é seu caráter intrinsecamente prescritivo; regularidades empíricas, como as que apontam, por exemplo, o tipo de ambiente social que

produz mais eficazmente o repertório de seguir regras, lhe são indiferentes.

Skinner (1963, 1966) emprega o termo regra de forma mais restritiva, definindo-o como estímulo antecedente verbal capaz de descrever um ou mais dos termos integrantes das contingências, ou seja, “o comportamento a ser emitido, as condições sob as quais ele deve ser emitido e suas prováveis conseqüências” (Paracampo; Albuquerque, 2005). A distinção entre comportamento modelado diretamente pelas contingências e comportamento governado por regras é realizada predominantemente, ao menos nas proposições iniciais, com uma motivação epistemológica. Skinner articula essa distinção para lidar com um tema central para os cognitivistas, a “solução de problemas”, e a emprega frequentemente para esclarecer a metodologia mais adequada à pesquisa psicológica com humanos segundo sua filosofia da ciência. Já em 1963, quando pela primeira vez apresenta uma definição técnica de regra, ele critica os autores que priorizavam o estudo das verbalizações dos sujeitos experimentais no lugar da observação direta dos desempenhos de interesse. Skinner recomenda que as regras em si mesmas não sejam sobrevalorizadas, já que o comportamento de as seguir também deveria ser, em última instância, explicado contextualmente à luz do histórico de interação entre o organismo e o ambiente responsável por sua ocorrência. Em síntese, a relação entre a regra e o comportamento de segui-la é concebida como uma relação funcional, logo, factual.

Da perspectiva de Wittgenstein, examinar empiricamente as relações funcionais entre comportamentos de seguir regras e os contextos em que se originam pode ser uma forma aceitável de produzir dados científicos, mas não pode dar conta do vínculo gramatical que há entre a regra e o seu seguimento, já que esta é pressuposta pela própria pesquisa. Imaginemos uma caixa com os dizeres “deposite aqui sua doação”. Um transeunte, ao ler a frase, rouba a caixa. Se interpretarmos a definição de Skinner de forma não caridosa, houve seguimento de regra, já que o comportamento

de roubar a caixa foi ocasionado por um antecedente justamente por este conter uma descrição relevante. Naturalmente que não é isso que Skinner pretende dizer, já que sua definição de regra deixa claro que o comportamento ocasionado por um estímulo-regra está, de alguma forma, especificado pela descrição nele contida, o que não é o caso do roubar no episódio da caixa.

O exame dessa capacidade da regra de especificar os comportamentos de segui-la – justamente a propriedade normativa enfatizada por Wittgenstein – evidencia a necessidade de se demonstrar de forma mais detalhada o tipo de relação funcional (já que a caracterização genérica é insuficiente) que há entre a regra e seu seguimento, de acordo com o Behaviorismo Radical. Apelar para a comunidade verbal a que o indivíduo pertence seria uma forma de resolver essa dificuldade, pois é ela quem estabelece o que é e o que não é seguir regra. O ladrão da caixa não seguiu a regra porque em nossa comunidade as contingências foram estabelecidas de forma que não se chama aquilo de doação, e era o comportamento de doar que a regra requeria. Assim, é explicando cientificamente a comunidade que se explica a relação em questão, de acordo com Skinner.

Na perspectiva wittgensteiniana, tanto o apelo à comunidade como qualquer outra tentativa de explicar a normatividade em termos não normativos são inadequados, posto que reconhecer uma comunidade de falantes já é reconhecer um conjunto de indivíduos que partilha uma gramática. Assim, não há um conhecimento das interações entre os membros de uma comunidade que se possa formular independentemente do conhecimento que se tem da gramática que aplicam, sendo, portanto, inviável explicar essa gramática em termos de relações comunitárias conceitualmente anteriores às próprias relações gramaticais. Apesar de recorrentemente mencionar os acordos sociais que estão na base da linguagem, Wittgenstein não crê que o esclarecimento filosófico das relações normativas que a constituem seja alcançável por meio do estudo científico das comunidades.

Skinner, como vimos, não concebia os limites do conhecimento científico dessa forma e desenvolveu, teórica e experimentalmente, uma ciência do comportamento animal, aplicando, posteriormente, seus princípios à compreensão dos fenômenos linguísticos. Se é que as dificuldades apontadas por Wittgenstein existem, elas deverão, segundo Skinner, ser enfrentadas com base nos resultados obtidos por essa ciência do comportamento verbal (1957). Wittgenstein não tinha interesse nesses dados, como já deve ter ficado claro, já que a filosofia, tal como ele a concebe, deve lidar com aquilo que já se sabe, apelando apenas a conhecimentos que qualquer falante comum domina, mas que costumam ser deixados de lado durante reflexões que dissociam as expressões linguísticas de seu emprego corriqueiro.

Vocabulário mental e eliminativismo

A peculiar concepção de filosofia de Wittgenstein, que não almeja a expansão do conhecimento empírico, compromete-se, sobretudo, com a busca de clareza conceitual. Os termos mentais, por exemplo, são fonte constante de confusões que demandam esclarecimento filosófico. Nas situações do dia-a-dia, as pessoas usam o termo “compreender” e seus cognatos com naturalidade e de forma adequada, mas ao refletir sobre o que é a compreensão, tendem a deparar-se com todos os mistérios e dificuldades associados ao âmbito mental. A receita de Wittgenstein para lidar com essas situações de perplexidade é o esclarecimento do uso comum do termo, remetendo à prática cotidiana.

Esse apelo ao uso comum, vital para a filosofia wittgensteiniana, é algo bastante estranho ao Behaviorismo Radical, para o qual os termos do nosso vocabulário ordinário não foram criados em conformidade com o que prescreve o cânone da prática científica, devendo, portanto, ser vistos com suspeita. Segundo Skinner (1938, p. 7):

The important objection to the vernacular in the description of behavior is that many of its terms imply conceptual schemes. I do not mean that a science of behavior is to dispense with a conceptual scheme but that it must not take over without careful consideration the schemes which underlie popular speech. The vernacular is clumsy and obese; its terms overlap each other, draw unnecessary or unreal distinctions, and are far from being the most convenient in dealing with the data. They have the disadvantage of being historical products, introduced because of everyday convenience rather than that special kind of convenience characteristic of a simple scientific system. It would be a miracle if such a set of terms were available for a science of behavior, and no miracle has in this case taken place. There is only one way to obtain a convenient and useful system and that is to go directly to the data.

A principal objeção de Skinner ao uso de termos psicológicos do senso comum é que eles prejudicam as legítimas explicações do comportamento devido a seu compromisso com entidades explicativas fictícias. Apontar uma entidade mental como causa do comportamento é um subterfúgio inaceitável, que apela para coisas que não existem e dificulta a identificação das variáveis que verdadeiramente importam (1950). Essas observações de Skinner estão em clara sintonia com uma importante corrente em filosofia da mente, o eliminativismo (Churchland, 1981; Stich, 1983)⁴, segundo a qual, o modo comum de falar sobre fenômenos mentais, a que se dá o nome de *psicologia popular*, é uma teoria equivocada, que deve ser substituída por alguma teoria científica (Escobar, 2014; Zilio, 2010).

⁴ O eliminativismo pode ser encontrado em duas vertentes: a neurocientífica e a psicológica. A primeira é representada sobretudo pelos Churchland, que cometem a falácia mereológica ao afirmar que os fenômenos do âmbito comportamental serão explicados por teorias sobre o funcionamento do sistema nervoso central. Já a vertente psicológica teve em Stich seu principal defensor. Contudo, sua orientação é cognitivista, o que o afasta da concepção behaviorista radical. Pode-se dizer, então, que o Behaviorismo Radical é uma forma de eliminativismo psicológico não cognitivista.

Wittgenstein também reconhece que a linguagem é fonte de múltiplos equívocos (1953, §109), mas sua opção metodológica não abriga qualquer intuito reformista. A filosofia wittgensteiniana deixa a linguagem como está; desenvolver termos técnicos não é um de seus procedimentos. Os “esquemas conceituais” característicos das formas comuns de expressão, que para Skinner devem ser ignorados caso não se adéquem aos critérios da prática científica, constituem justamente o foco da reflexão de Wittgenstein, que pretende fornecer uma “visão panorâmica” das práticas relacionadas a esses esquemas.

Há, ainda, outra divergência importante no que diz respeito ao eliminativismo. Para Wittgenstein, os termos da psicologia popular não têm status teórico e não podem, portanto, ser abandonados. O argumento eliminativista frequentemente recorre a exemplos como o flogisto e o calorífico, entidades teóricas que se tornaram ultrapassadas em conjunto com as teorias de que faziam parte⁵. Para Wittgenstein, os termos psicológicos da linguagem comum não estão em situação similar, pois não foram deliberadamente criados para figurar em explicações científicas. Eles têm natureza descritiva e desempenham papel fundamental na própria constituição dos fenômenos que descrevem. Como observa Hacker (2010, p. 19):

Esses conceitos antropológicos e psicológicos não permanecem apenas porque *podem* ser usados meramente para descrever, como representações para aquilo que é representado. Pois nosso uso de muitos desses conceitos e de seus congêneres moldam, eles próprios, nossa natureza como seres humanos, como criaturas autoconscientes, que empregam conceitos. Assim, seu uso é parcialmente constitutivo do que eles podem

⁵ Skinner diz algo muito parecido: “A Astronomia começou como Astrologia. A Química como Alquimia. O campo do comportamento teve e ainda tem seus astrólogos e alquimistas. Uma longa história de explicações pré-científicas nos fornece uma fantástica cambulhada de causas que não têm outra função senão a de proporcionar, nos primeiros estágios da ciência, soluções espúrias a perguntas que de outro modo ficariam sem resposta” (Skinner, 1953, p. 25).

ser invocados a descrever. A disponibilidade desses conceitos *dá forma* à nossa experiência subjetiva, pois é pelo uso deles, na primeira pessoa, que somos capazes de *lhes dar expressão articulada*.

Para Wittgenstein, utilizar o vocabulário psicológico da linguagem comum para descrever e explicar o próprio comportamento e o alheio é um traço definidor da forma de vida humana e, não, um recurso intelectual dispensável. Aprender a falar de crenças, desejos e outros fenômenos psicológicos é ingressar em modalidades de interação social e de autoconhecimento que fazem de um ser humano um ser humano (Schulte, 2003; Wittgenstein, 1953).

Sob essa ótica, o empreendimento skinneriano de interpretar os fenômenos psicológicos à luz do que se constatou utilizando amstras simples de comportamento em condições ótimas de observação e controle é irremediavelmente falho. Os jogos de linguagem das expressões psicológicas comportam uma complexidade que não se pode fazer presente a contento no laboratório nem ser adequadamente descrita numa linguagem estritamente analítico-comportamental, ou qualquer outra linguagem técnica, conforme o autor das *Investigações*.

Wittgenstein isenta os termos psicológicos da linguagem comum da tentativa de referência a entidades fictícias que Skinner lhes atribui. Em sua concepção, esses termos não buscam fazer menção a objetos de natureza imaterial, mas a aspectos relevantes do comportamento a que se relacionam (McGinn, 1997). Dizer que certo indivíduo agiu porque teve a intenção de escapar de algo, por exemplo, não implica referência a dois fenômenos distintos, o comportamento e a intenção. Explicar o comportamento apresentando a intenção com que foi realizado é descrevê-lo de forma mais satisfatória e, não, relacioná-lo a alguma entidade hipotética.

Aos olhos de Skinner, obviamente, mencionar uma intenção está longe de ser uma descrição satisfatória, especialmente quando comparado a uma rica descrição das contingências responsáveis pela ocorrência do comportamento descrito. Isso faz sentido quando se pensa na descrição intencional e na descrição analítico-com-

portamental como explicações concorrentes do mesmo fenômeno, como faz Skinner com certa frequência (1953; 1971; 1974). Wittgenstein não estabelece esse tipo de comparativo, já que não procura promover nenhuma teoria específica. Em sua perspectiva, as explicações intencionais são geralmente adequadas aos contextos em que ocorrem e fundamentalmente nos fazem encarar ações de determinadas formas, como quando, sem entender uma fala em uma peça cujo começo não se assistiu, repentinamente, tudo se torna claro após alguém explicitar a intenção com que ela foi proferida⁶.

Causas e razões

Skinner, obviamente, não nega que as aplicações da linguagem comum tenham sua importância, admitindo que elas seriam capazes, até mesmo, de possibilitar alguma previsão e algum controle do comportamento, ao indicar possíveis variáveis controladoras. Segundo Carvalho Neto (2001, p. 29):

A previsibilidade existe porque na linguagem cotidiana descreve-se: (a) o efeito de certas histórias de consequenciação sobre certos padrões de resposta, (b) as consequências controladoras de certas classes de respostas e (c) certos eventos antecedentes com função discriminativa para certas respostas. Dessa feita, as causas ambientais imediatas e históricas e seus efeitos sobre a probabilidade de resposta estão em grande parte embutidas, apesar de obscurecidas, nas explicações da chamada Psicologia Intuitiva e por isso ele fornece alguma eficiência preditiva e de controle. A precisão será tanto maior quanto for o investimento da cultura em estabelecer descrições precisas das contingências que vigoram em dado contexto.

⁶ Há aí uma mudança de aspecto similar às que Wittgenstein explora em seus escritos sobre filosofia da psicologia ao abordar exemplos de figuras ambíguas, como a do pato-lebre ou do cubo de Necker, que se pode ver ora como uma coisa ora como outra. No caso das figuras é possível alternar com facilidade entre uma visão e outra, diferentemente do caso da peça, em que ocorre uma mudança apenas. Ainda assim, é possível ver importantes similaridades entre esses fenômenos (Strawson, 2008; Schroeder, 2010).

Wittgenstein não faz nenhuma restrição à possibilidade de os dados fornecidos por expressões psicológicas da linguagem cotidiana serem usados em explicações causais como as da Análise do Comportamento. Contudo, esse discurso causal não deve, a seu ver, ser confundido com as explicações psicológicas em termos de razões⁷. Indicar razões para um comportamento significa torná-lo compreensível, mostrando sua adequação a certos critérios. A crença de que o Sol de sete da manhã faz bem para a saúde torna racional o comportamento de tomar Sol nesse horário. O desejo de emagrecer torna compreensível a manutenção de uma dieta rigorosa. Indicar crenças e desejos seria uma forma de caracterizar o comportamento de modo a torná-lo racionalmente justificável e, não, uma canhestra identificação de seus determinantes.

Um dos diferenciais que Wittgenstein encontra nas razões é que explicações que a elas apelam não podem ser estendidas indefinidamente, diferentemente do que ocorre com as causas, que sempre podem ser tomadas como efeitos de outras causas (1969). O seguinte diálogo pode ser elucidativo:

– Por que você não vem pegar uns canapés?

⁷ Essa divergência fundamental em torno da distinção entre causas e razões se mantém mesmo que a proposta de Skinner seja interpretada não causalmente, como fazem Laurenti e Lopes (2008), por exemplo. Isso porque a negação do caráter causal das explicações skinnerianas só pode ser feito com base em alguma concepção técnica de causalidade, como a de Bunge (1963), por eles adotada. Wittgenstein se ateuve à concepção comum de causalidade, como era de seu feitio, evitando definições precisas. Assim, mesmo diante dos cuidadosos argumentos de Laurenti e Lopes, Wittgenstein tenderia, muito provavelmente, a continuar classificando as explicações analítico-comportamentais como causais, pois, já na porção final do artigo, depois de devidamente exposta a interpretação não causal em questão, os autores observam: “com a explicação dinâmica podemos construir, manter e modificar estados comportamentais, modificando assim o comportamento como um todo” (p. 393). Explicações dessa natureza, na perspectiva de Wittgenstein, visam relações causais entre eventos, ainda que ao tratar delas se prefira falar em termos de relações funcionais e/ou de controle.

- Porque não quero ir para a varanda.
- E por que você não quer vir para a varanda?
- Por que tenho medo de altura.
- E por que você tem medo de altura?
- Certamente sofri algum trauma quando criança.

A última resposta, diferente das duas primeiras, já não lida com razões, diria Wittgenstein. Assim como passar a falar sobre partes do organismo da maneira como fazem os reducionistas significa sair do âmbito próprio do comportamento, passar a falar sobre processos causais significa sair do âmbito próprio das razões. A relação entre, por exemplo, um desejo e o estado de coisas que o satisfaz ou entre uma intenção e o comportamento que a realiza não tem natureza causal, ela é similar à que existe entre uma regra e o comportamento de segui-la, ou seja, é normativa, gramatical. Causas não têm esse caráter normativo característico das razões; causas não justificam. Como observa Rundle (1997), causas não podem ser boas, ou cogentes; apenas razões o podem. Com base nisso, Wittgenstein nega que seja possível explicar adequadamente esse tipo de relação recorrendo às relações funcionais entre antecedentes, respostas e consequências, como propôs Skinner.

Para o behaviorista radical, essas distinções entre causas e razões são parte do esquema conceitual da linguagem comum que deve ser desconsiderado pela ciência do comportamento. O caráter justificatório seria derivado de complexos processos de interação entre indivíduos em uma comunidade verbal, um processo, não obstante sua complexidade, tão natural e sujeito a explicações causais quanto o cair de uma pedra. O que interessa nas falas sobre razões é o que elas podem vir a revelar sobre contingências de reforço:

Frequentemente nos referimos às consequências do comportamento como razões. Nós as citamos ao explicar nosso próprio comportamento: “A razão por que fui ao banco foi tirar algum dinheiro”. [...] As consequências descritas ou implícitas em conselhos, avisos, instruções e leis são as

razões pelas quais uma pessoa atende a um conselho, presta atenção a um aviso, segue instruções e obedece a leis. [...] Apresentar a um estudante as razões por que vale a pena aprender algo é apontar consequências possivelmente reforçadoras, mas estas podem ser muito delongadas e o comportamento do estudante só se modificará em consequência do que lhe foi apontado se o professor, no passado, fez parte das contingências efetivas (Skinner, 1974, p. 112-113).

Wittgenstein (1969) dizia também que, diferentemente do que ocorre com as razões, o conhecimento das causas é sempre hipotético. Skinner discordaria: sendo a causalidade uma questão de eventos covariarem sistematicamente, a observação direta da covariação permite apontar causas sem elaborar qualquer hipótese (Skinner, 1956). Mesmo levando isso em conta, para Wittgenstein, é possível afirmar que as explicações causais diferem das racionais por estas últimas, em certos contextos, não poderem ser fundamentadas em evidências (1982). Sempre é possível formular com sentido uma pergunta pela evidência que embasa uma explicação causal, como: a partir de que indícios você concluiu que foi a tuberculose a causa da morte? Já a pergunta pela evidência à luz da qual um indivíduo veio a conhecer suas próprias razões é absurda na maior parte dos casos. Caso se pergunte a uma pessoa com base em que ela diz que tem certas crenças ou desejos, é bem provável que, perplexa, ela responda: “ora, eu digo porque os tenho!” – o que não configura a apresentação de uma evidência, mas um protesto contra a falta de pertinência da pergunta.

Corriqueiramente, o que um indivíduo diz serem suas razões é aceito pelos demais como tal sem que para isso sejam solicitados indícios adicionais (Wittgenstein, 1982). Existe, portanto, assimetria entre as perspectivas da primeira e da terceira pessoas no jogo de linguagem de dar razões, bem como nos demais jogos de linguagem psicológicos. As verbalizações pelas quais alguém expressa seus pensamentos, crenças, desejos, intenções e demais atributos psicológicos são geralmente aceitas pelos demais como critério da existência de tais atributos, ainda que essas declarações não sejam

infalíveis (Marques, 2003; Wittgenstein, 1953). Há as possibilidades de a pessoa mentir, omitir, fingir, dissimular, mas essas possibilidades só existem contra o pano de fundo da prática corriqueira de confiar nas declarações psicológicas em primeira pessoa. Quando alguém mente sobre suas razões, não se dirá que ela cometeu um erro ao lidar com as evidências, mas que não foi sincera. Já quando alguém se diz confuso sobre, digamos, suas intenções a respeito de algo, não é o caso que ele falhe em observar adequadamente intenções preexistentes, acontece que ele ainda não as definiu propriamente.

Diferentemente de Wittgenstein, Skinner não concede à autoridade de primeira pessoa o mesmo status na elucidação dos conceitos psicológicos. As diferenças entre as perspectivas de primeira e terceira pessoa seriam, em sua concepção (1945), irrelevantes dada a natureza pragmática do conhecimento. Não há motivo para dotar a exposição que um sujeito faz de suas próprias razões de qualquer prerrogativa frente a explicações que possibilitem mais controle e previsão de seu comportamento, mesmo que tenham sido elaboradas por um terceiro. Não é raro que pessoas mais experientes e perspicazes conheçam as razões de um indivíduo mais bem do que ele próprio. Dessa forma, a autoridade da perspectiva de primeira pessoa no campo das razões, se é que Wittgenstein está correto em identificá-la como traço característico de certas práticas linguísticas corriqueiras, deve ser desconsiderada como espúria, segundo Skinner, pois está em conflito com o modelo explanatório behaviorista radical.

Privacidade

Skinner também identifica certa assimetria entre as perspectivas de primeira e terceira pessoa, mas a aborda recorrendo ao conceito de eventos privados, divergindo assim significativamente da postura wittgensteiniana: “each speaker possesses a small but important private world of stimuli. So far as we know, his reactions to these are quite like his reactions to external events” (p. 275). Em sua

concepção, cada falante tem acesso direto a um conjunto de estímulos que a comunidade apenas pode inferir. O contato especial com esses estímulos, contudo, não põe o indivíduo automaticamente em posição adequada para descrevê-los; ele tem de adquirir o repertório descritivo com a comunidade.

Skinner (1945; 1957) parte de sua já mencionada definição de comportamento verbal como comportamento operante para apresentar os modos como uma comunidade pode, por meio de reforçamento diferencial, fazer com que uma resposta verbal fique sob controle de um estímulo antecedente privado, mesmo tendo com ele contato apenas indireto. São eles: (1) baseando-se na observação de um evento público que acompanha regularmente o estímulo privado, como quando a comunidade, por observar um machucado, reforça a resposta “está doendo”; (2) inferindo a presença do estímulo privado a partir de respostas não verbais colaterais à resposta verbal, ao ensinar a dizer “estou com vergonha” com base no rubor facial do aprendiz, por exemplo; (3) ensinando o indivíduo a falar de suas respostas públicas, situação em que ele fica apto a descrever as respostas com os mesmos termos quando elas passam a ocorrer encobertamente, tal como quando se aprende a dizer “estou calculando” ao utilizar papel e caneta e se generaliza esse uso para o cálculo feito “de cabeça”; (4) proporcionando condições para que o indivíduo aprenda a designar propriedades em objetos públicos, condições essas que possibilitam também, por indução, o emprego dos mesmos termos para falar de propriedades similares em estímulos privados.

Para Wittgenstein, essa apresentação do modo como se aprende o uso em primeira pessoa da linguagem psicológica é equivocada. Falar em termos de eventos privados seria, a seu ver, uma forma de favorecer certos equívocos inerentes à concepção cartesiana de mente, como o de postular que apenas o próprio indivíduo pode realmente saber se tem dores ou não, porque só ele as experiencia, enquanto que os demais só podem supor uma coisa ou outra (1953; 1982). Ao afirmar que existem eventos aos quais um indiví-

duo tem acesso direto, enquanto que os demais apenas os inferem, Skinner parece se aproximar desse postulado do cartesianismo.

Wittgenstein se opõe a essa concepção, observando que, na maior parte do tempo, quando alguém exprime satisfatoriamente sua dor ou seu pensamento, seus interlocutores *sabem* que ele tem tal dor ou tal pensamento (1953). Os comportamentos não são tomados pela comunidade como o primeiro passo de um processo inferencial que se finaliza com a constatação de que há dor. Cabe lembrar que Skinner emprega o conceito de eventos privados para tratar de certos usos do vocabulário mental em interações cotidianas. Cientistas analisando amostras de comportamento em laboratório podem muito bem usá-las para inferir a ocorrência de eventos que não observam diretamente, mas a mesma lógica não se aplica, conforme Wittgenstein, aos usos corriqueiros de termos psicológicos em primeira pessoa.

Diante de uma criança se contorcendo de dor, por exemplo, a comunidade não infere que há dor, ela não elabora uma hipótese a respeito de sua existência com base nos comportamentos; o indivíduo que expressa suas dores é, imediatamente, visto como tendo dores, sem nenhuma intermediação de processo inferencial. Do mesmo modo, não se diz, diante de alguém saltitante e sorridente, que há fortes indícios de que está alegre, mas que, por exemplo, a alegria está “estampada em seu rosto” ou que se faz visível em sua postura corporal. Para Wittgenstein, essa é uma forma rudimentar e intuitiva de saber, que dispensa a fala em termos de inferência, similar à que está presente quando um indivíduo confiantemente caminha sobre um assoalho porque *sabe* que ele o sustentará.

Já sobre o próprio indivíduo, de acordo com Wittgenstein, não faz sentido dizer que tenha conhecimento sobre os eventos mentais que expressa. Não porque seja ignorante sobre alguma realidade cognoscível, mas por não haver contexto em que seja adequada uma verbalização como “sei que estou sentindo dores” (Hacker, 1986). Ela é tão sem sentido quanto “não sei se estou sentindo dores”. Quando muito, a primeira frase pode ser uma reiteração

enfática de “tenho dores”, já que alegar que sabe a respeito delas nada acrescenta ao alegar que as sente. A observação “quem está sentindo dor sabe que está sentindo dor” tem caráter gramatical, ou seja, não é uma verdade factual, mas uma regra para uso das expressões, sendo, portanto, raramente enunciada no uso comum da linguagem. Sua enunciação, portanto, não tem função epistêmica, atuando efetivamente apenas como artifício instrucional, em casos excepcionais, tal como quando se diz “verde é uma cor” a alguém que, sendo ainda iniciante no aprendizado do português, tenha dito “agora são verde horas em ponto”.

Assim como não faz sentido falar que o indivíduo conhece seus próprios estados mentais, não faz sentido dizer que ele os observa, segundo Wittgenstein (1953). De “tenho dor tal” não se pode derivar “observo-me a ter dor tal”. Atentando para isso, Wittgenstein desafia a concepção de que todo evento mental consciente é acompanhado de alguma forma de percepção interior ou introspecção. Quando declara ter certa dor, um indivíduo não parte de um processo introspectivo que dá acesso a um processo independente que corresponderia à dor em si, ele apenas expressa sua dor. É possível que alguém se observe a ter uma dor com o intuito de constatar quantas vezes ela pulsa em certo intervalo de tempo ou que use um espelho para visualizar as expressões faciais que a acompanham, mas esses são modos de proceder estranhos ao que geralmente ocorre quando meramente se diz que tem dores.

Skinner não vê problemas em falar de um universo privado que o indivíduo observa e descreve: “Uma análise behaviorista não discute a utilidade prática dos relatos acerca do mundo interior, o qual é sentido e observado introspectivamente”, mas, se distanciando do cartesianismo, reconhece que “o mundo privado dentro da pele não é claramente observado ou conhecido” (1974, p. 31). Assim, o acesso privilegiado que o sujeito tem aos seus próprios eventos privados não lhe concede nenhum conhecimento seguro sobre os mesmos, pois se baseia em “sistemas nervosos muito primitivos” (*loc. cit.*), o interoceptivo e o proprioceptivo, além de ser necessa-

riamente aprendido com a comunidade verbal, que só pode ensiná-lo indiretamente. Por isso, Skinner conclui (1953, p. 260) que “todo mundo desconfia de respostas verbais que descrevem eventos privados”, no que claramente destoa da posição de Wittgenstein.

Malcolm (1964), partindo do referencial wittgensteiniano, critica a posição de Skinner sobre a observação de eventos privados, acusando-o de defender uma espécie de reducionismo fisicalista comum entre positivistas lógicos, como Carnap. O autor acusa o Behaviorismo Radical de assimilar proposições psicológicas em primeira pessoa a proposições em terceira pessoa, ao afirmar que os significados de todas elas, em última instância, dependeriam de suas condições de verificação, por estarem fundados na observação. Day reage a essa crítica, tentando mostrar que ela não se aplica às concepções de Skinner:

Malcolm is wrong in intending the major point in his paper to apply to Skinner, namely, that behaviorism mistakenly assimilates first-person to third-person statements by viewing both kinds of statements as similarly based on observation (Day, 1977, p. 33-34).

What Malcolm fails to see is that for Skinner not even third-person statements can normally be considered as conclusions based on observation. For Skinner, it is one thing to say that third-person statements are under the control of observable environmental circumstances, and quite something else again to say that such statements are expressed as verifiable conclusions based upon observations (Day, 1977, p. 36)

Ainda que Skinner repetidamente se refira ao mundo de respostas e estímulos privados observável exclusivamente por um único indivíduo, a réplica de Day é pertinente, porque Skinner, de fato, não adere à semântica verificacionista que Malcolm lhe atribui. A explicação skinneriana do significado das proposições não requer que os indivíduos observem eventos e, sim, que estes exerçam controle sobre as respostas daqueles, algo bastante distinto. Observar um estímulo é uma forma de ter respostas sob controle desse estímulo, mas é possível ter uma resposta sob controle de um estímulo

que não está, de maneira alguma, sendo observado, já que o ambiente afeta os organismos de diversas formas ao mesmo tempo e apenas parte limitada delas chega a constituir as relações típicas do que poderíamos chamar de observação. Um motorista experiente geralmente não observa o pedal de embreagem, simplesmente interage com ele; até mesmo certas variáveis que controlam repertórios muito significativos de um indivíduo só podem vir a ser por ele observadas enquanto tais após algum esforço, demandando, inclusive, em alguns casos, a ajuda de uma audiência especializada, como a de um terapeuta.

Parte das considerações de Malcolm (1964), contudo, identificam uma divergência fundamental entre Skinner e Wittgenstein que pode ser mais satisfatoriamente apresentada caso se enfoque o uso do termo *descrição* e não o do termo *observação*. Enquanto que os putativos problemas advindos deste último podem ser dissolvidos a partir da alegação de que derivariam de uma imprecisão semântica inócua, passível de correção via aplicação adequada do vocabulário técnico, a mesma solução não parece estar disponível para o uso de *descrição* e *relato*, bem mais relevantes que *observação* na explanação skinneriana dos eventos privados. Ao enfatizar que verbalizações sob controle de eventos privados não são essencialmente distintas das controladas por eventos públicos, Skinner e outros behavioristas radicais tendem a caracterizar o uso de expressões psicológicas em primeira pessoa nos seguintes termos:

O que é sentido quando se tem um sentimento é uma condição do corpo da pessoa, e a palavra usada para *descrevê-lo* quase sempre provém da palavra usada para designar a causa da condição sentida (Skinner, 2006, p. 25; grifo meu).

Embora o evento que está sendo *relatado* seja privado, na concepção de Skinner, relatar os próprios atos privados é o mesmo que relatar os próprios atos públicos (Baum, 2006, p. 68; grifo meu).

The private events aspect of the argument was introduced earlier, by Skinner (1945), who was concerned, on the one hand, with what is at

issue when people invoke mentalistic psychological terms, and on the other hand, with accounting for a person's learning to *describe* his or her internal goings-on (Hineline, 2011 p. 221; grifo meu).

One's verbal responses *descriptive* of the “inside world” will always be under the control of a set of public stimuli (the ones that ground the verbal community reinforcing action), though probably they are also under the control of a varying (inter- and intrasubject) interoceptive or proprioceptive stimulation (Tourinho, 2006; grifo meu).

Now consider the process by which speakers might learn to *describe* that they are in pain. [...] Given the problem of privacy, how is the verbal community involved in the process by which speakers learn to verbally *report* pain or other feelings and sensations? (Moore, 2008, p. 220; grifos meus)

Uma das recomendações mais recorrentes na obra de Wittgenstein é a de evitar as confusões provocadas pela supervalorização de semelhanças superficiais entre jogos de linguagem e pelo esquecimento de suas diferenças profundas (1969). Falar sobre a descrição de eventos públicos e privados seria uma forma de se deixar desencaminhar por um traço superficial dos usos: “‘descrever’ talvez nos tenha enganado. Digo: ‘descrevo meu estado de alma’ e ‘descrevo meu quarto’. É necessário evocar as diferenças dos jogos de linguagem” (1953, §290). Estados mentais podem ser descritos, de acordo com Wittgenstein. Isso certamente acontece, por exemplo, quando alguém responde questões de um inventário de depressão e, inclusive, pode assumir formas muito sofisticadas, como quando um Walter Benjamin ou um Aldous Huxley descrevem suas experiências induzidas por psicotrópicos. Mas esses são jogos de linguagem derivados de outros mais primitivos e comuns. Antes de descrever os próprios estados mentais os indivíduos os *expressam*, inicialmente, inclusive, de forma pré-linguística:

Como um homem aprende o significado dos nomes de sensações? Por exemplo, da palavra “dor”. Esta é uma possibilidade: palavras são ligadas à expressão originária e natural da sensação, e colocadas no lugar

dela. Uma criança se machucou e grita; então os adultos falam com ela e lhe ensinam exclamações e, posteriormente, frases. Ensinam à criança um novo comportamento perante a dor.

Assim, pois, você diz que a palavra “dor” significa, na verdade, o gritar? – Ao contrário; a expressão verbal da dor substitui o gritar e não o descreve (1953, § 244).

Essa passagem procura mostrar que é fundamental atentar para o jogo primitivo de expressão, para esclarecer as diferenças entre as muitas formas de usar termos psicológicos em primeira pessoa (Schulte, 2003; Stern, 1995). Se alguém é espetado por uma agulha e diz, logo depois, “ai! doeu!”, isso não é uma descrição de fenômenos privados, assim como gemer e se contorcer, manifestação similar, não é descrever a dor, mas expressá-la.

Wittgenstein defende que ignorar as peculiaridades da expressão dos estados mentais frente a sua descrição é um dos equívocos fundamentais relacionados à compreensão da subjetividade como “mundo interior”: “It is a cardinal error of the Cartesian picture to take avowals of experience as descriptions of experience and to construe descriptions of experience on the model of descriptions of objects of experience” (Hacker, 1986, p. 280). Wittgenstein jamais admitiria que a expressão de vivências psicológicas é uma forma precária de descrição de eventos corporais, como faz Skinner (1974; 1991), dadas as diferenças entre as condições e os critérios sob os quais se realizam cada um desses tipos de prática.

O problema em desconsiderar essas diferenças, do ponto de vista de Wittgenstein, não é solucionado com o apelo ao arsenal técnico behaviorista radical. Para auxiliar sua tarefa de interpretação do comportamento verbal, Skinner criou diversas categorias – definidas pelos tipos de relações estabelecidas entre antecedentes, respostas e consequências – e privilegiou uma delas para falar de descrições em geral e, conseqüentemente, de descrições de eventos privados: “A lógica dos relatos de eventos privados está no comportamento verbal de *tacto*. Trata-se de um operante verbal cujos estímulos discriminativos são objetos ou eventos e cujas res-

postas normalmente informam o ouvinte sobre tais estímulos” (Zilio, 2010, p. 131).

Substituir *descrever* por *tactear* não ajuda a reconhecer a distinção entre as formas de usar os termos psicológicos em primeira pessoa de que fala Wittgenstein, pois ambas as categorias são demasiadamente abrangentes e deixam escapar as particularidades para as quais a investigação gramatical quer chamar atenção. Dito de outra maneira, “expressar não é descrever” e “expressar não é tactear” apontam mais ou menos a mesma limitação.

Falar em “tactos sob controle de eventos privados” é o modo padrão como Skinner expõe suas considerações explícitas a respeito do uso dos termos psicológicos em primeira pessoa, mas suas obras podem também subsidiar explicações alternativas que lidem mais satisfatoriamente com a variedade apontada por Wittgenstein. O que este demanda é que se distinga entre, ao menos: a) expressões não verbais da sensação; b) expressões verbais da sensação; c) descrições da sensação. A terceira possibilidade é construída a partir da segunda, assim como a segunda da primeira, e todas elas coexistem de maneira que frequentemente é difícil discerni-las.

Skinner fala de manifestações naturais quando apresenta a forma indireta como a comunidade ensina o repertório “auto-descritivo”, mas as verbalizações assim aprendidas são classificadas como tactos sob controle de eventos privados, sendo mais semelhantes, portanto, aos relatos sobre eventos públicos do que às manifestações naturais originais. Dessa forma, elaboram-se correspondentes para *a* e *c*, acima, mas é ignorado o caso intermediário das expressões verbais de estados mentais que funcionam de forma muito similar a seus parentes não verbais.

Para tentar elaborar uma versão analítico-comportamental das distinções que Wittgenstein aponta, é necessário, antes de qualquer coisa, deixar de presumir que as verbalizações psicológicas em primeira pessoa são operantes controlados especialmente por estímulos discriminativos. O ideal seria atentar para as possibili-

dades de combinação das diferentes formas de controle, incluindo componentes respondentes e motivacionais, algo que Skinner fazia costumeiramente em suas interpretações do comportamento complexo. Que essa forma mais variegada de análise seja preterida em nome de explicações centradas na concepção de tacto pode ser visto como um indício de que a adoção dessa terminologia técnica, por si só, não evita os equívocos que Wittgenstein diz serem sugeridos pela superfície da linguagem comum, nesse caso, pelo uso enganador do termo *descrição*. Postular um mundo interior de eventos privados passível de descrição nos moldes da que se pode fazer de eventos públicos pode obscurecer discriminações finas caras a uma apreciação adequada da realidade humana.

Linguagem privada

Um importante subtópico das considerações sobre a privacidade diz respeito à possibilidade de uma linguagem estritamente privada. Do que se expôs acima, é possível concluir que Skinner negava essa possibilidade, alegando que o comportamento verbal demanda uma comunidade que sirva de ambiente para sua aquisição. Um dos mais famosos trechos das *Investigações* (§184-314), conhecido justamente como Argumento da Linguagem Privada, também pretende negar a possibilidade de uma linguagem assim descrita. Essa aparente convergência leva a crer que os argumentos são os mesmos ou, ao menos, muito similares. Um exame mais atento, contudo, mostra que não.

Para Skinner, a linguagem, mesmo a que lida com eventos privados, sempre tem origem pública. O que ele quer dizer ao negar a possibilidade de uma linguagem privada é que um indivíduo não pode construir uma linguagem por si mesmo, sem contar com as contingências dispostas por uma comunidade verbal. Isso, como já foi dito, não impede que os termos de uma linguagem possam vir a designar eventos privados, mas, devido às limitações inerentes às quatro condições acima apresentadas, essa designação não pode desenvolver-se plenamente.

Why is it not possible to assign names to the diverse elements of private experience and then to proceed with consistent and effective discourse? The answer lies in the process by which “terms are assigned to private events”, a process which we have just analyzed in a rough way in terms of the reinforcement of verbal responses.

None of the conditions which we have examined permits the sharpening of reference which is achieved, in the case of public stimuli, by a precise contingency of reinforcement. In (1) and (2) the association of public and private events may be faulty; the stimuli embraced by (3) are of limited scope; and the metaphorical nature of those in (4) implies a lack of precision. It is, therefore, impossible to establish a rigorous scientific vocabulary for public use, nor can the speaker clearly “know himself” in the sense in which knowing is identified with behaving discriminatively. In the absence of the “crisis” provided by differential reinforcement (much of which is necessarily verbal), private stimuli cannot be analyzed (1945, p. 278).

Wittgenstein parece dizer algo semelhante⁸ ao considerar problemática a tentativa de construção de uma linguagem por meio da associação de seus termos com objetos privados, como fica claro nas seguintes passagens:

Consideremos este fato. Quero escrever um diário sobre a repetição de certa sensação. Para tanto, associo-a com o signo *S* e escrevo este signo num calendário todos os dias que tenho a sensação. – Observarei, primeiramente, que uma definição do signo é impronunciável. – Mas posso dá-la a mim mesmo como uma espécie de definição ostensiva! – Como? Posso apontar para uma sensação? – Não no sentido habitual. Mas falo ou escrevo o signo *e*, ao fazê-lo, concentro minha atenção na sensação; – aponto, pois, como que interiormente, para ela. – Mas para que esse ritual? Pois parece ser apenas isso! Uma definição serve apenas para estabelecer a significação de um signo. – Ora, isto se dá precisamente pela concentração da atenção; pois, desse modo, gravo em mim mesmo a ligação do signo com a sensação. – “Gravo-a em mim mesmo” pode significar apenas: este processo faz com que no futuro me recorde corre-

⁸ Bloor (1983), autor não vinculado diretamente à tradição behaviorista radical, explora extensivamente essa semelhança, chegando a partir dela para “reconstruir certas ideias de Wittgenstein” (p. 63) à luz das contribuições de Skinner.

tamente da ligação. Mas, em nosso caso, não tenho nenhum critério para a correção. Poder-se-ia dizer aqui: correto é aquilo que sempre me parecer correto. E isto significa apenas que aqui não se pode falar de correção (1953, §258).

Lembremo-nos de que existem determinados critérios de comportamento para alguém que não compreenda uma palavra: que ela não lhe diga nada, que ele não saiba o que fazer com ela. E critérios que fazem com que “acredite compreender” a palavra, ligue a ela uma significação, mas não a correta. E, finalmente, critérios para fazê-lo compreender corretamente a palavra. No segundo caso, poder-se-ia falar de uma compreensão subjetiva. E de “linguagem privada” poder-se-ia chamar sons que ninguém mais compreende, mas que eu “pareço compreender” (1953, §269).

Para Wittgenstein, o ritual íntimo de associação do termo com a sensação que ele deve designar não pode ter sucesso, porque não cria critérios de correção segundo os quais se possa avaliar o uso ulterior desse termo. A uma prática que não disponha de padrões de correção que permitam diferenciar a compreensão da mera impressão de compreensão não se pode dar o nome de linguagem. Por esse motivo, a ideia de uma linguagem privada – definida por Wittgenstein (1953, §243) como aquela que só pode ser compreendida por um único indivíduo, devido à privacidade de seus referentes –, é incoerente.

Essa compreensão da questão não coincide com a de Skinner, pois o que está em jogo não é a possibilidade de uma pessoa isolada socialmente criar e utilizar uma linguagem. O argumento de Wittgenstein não pressupõe uma teoria de como a linguagem é aprendida e/ou mantida; ele se fundamenta na lógica da noção corriqueira de linguagem. E o que essa lógica exige é normatividade, isto é, critérios que delimitem o uso adequado das expressões e, não, uma história de relação com outros indivíduos.

Sob essa perspectiva, não há nenhum problema em que alguém, sozinho, institua critérios linguísticos e os siga de forma consistente (Baker; Hacker, 1992)⁹. Um “Robinson Crusóe de nascença”,

⁹ Esta interpretação não é consenso entre os comentadores de Wittgenstein,

não obstante seu isolamento absoluto, pode ser considerado falante de uma linguagem contanto que sua prática inclua a possibilidade de corrigir-se segundo certos critérios, nos casos em que venha a usar uma expressão incorretamente. Nosso Crusoé não depende de uma comunidade para se autocorrigir, segundo essa concepção, porque dispõe de uma série de fenômenos que, por não serem meras impressões de fenômenos, podem ser tomados como padrão de correção. Ele pode, por exemplo, inventar uma forma de dar laços em cipós e deixar, intocado, em sua cabana, um deles como amostra a ser tomada como modelo nos momentos posteriores. Para Wittgenstein, então, uma linguagem não precisa ser, de fato, compartilhada com uma comunidade, como quer Skinner; o que é indispensável é que ela seja compartilhável. Isso porque uma forma de linguagem que ninguém mais possa vir a compreender tampouco pode ser compreendida por seu suposto único falante nos diferentes momentos de seu uso.

O balanço das considerações sobre a linguagem privada fica assim: o que Skinner diz ser impossível – uma linguagem independente de contingências sociais – Wittgenstein diz ser possível¹⁰; e o que Wittgenstein diz ser impossível – uma linguagem com referentes privados – Skinner diz ser possível. Uma linguagem que descreve eventos privados, segundo Skinner, é uma espécie de linguagem degenerada, desprovida de consistência e eficiência. Para Wittgenstein, nem isso: ela, simplesmente, não é uma linguagem.

muitos dos quais (Bloor, 1997; Williams, 1999; entre outros) defendem uma concepção comunitarista, similar à que aqui atribuo a Skinner.

¹⁰ Wittgenstein se refere, obviamente, a uma possibilidade lógica e, não, empírica, já que seu interesse recai sobre o modo como funcionam os conceitos e, não, sobre informações factuais. Sabe-se que as características biológicas de um ser humano incluem a socialidade, mas a caracterização do conceito mesmo de linguagem não pode simplesmente assimilar traços distintivos do conceito de ser humano. Se assim não fosse, a importante pergunta “existem outros seres vivos capazes de linguagem?” já estaria respondida de antemão.

Considerações finais

É óbvio que o conjunto de dissimilaridades aqui apresentado – parte dele sumariado na tabela 2 – não pretende ser exaustivo. Também cabe lembrar que a pertinência de cada um de seus elementos depende de muitos fatores, especialmente das opções exegéticas que as embasam, de forma que o que parece uma semelhança ou uma diferença importante sob os vieses aqui adotados pode não ser, sob outros, assim caracterizado – principalmente em se tratando de autores cujas obras são prolíficas em gerar interpretações diversas, como Skinner e Wittgenstein.

Skinner	Wittgenstein
Pragmatismo: verdade é utilidade	Teoria da redundância: concepção deflacionista de verdade
Naturalismo: o conhecimento filosófico não é essencialmente distinto do científico	Anti-Naturalismo: filosofia e ciência são radicalmente distintas
Adoção de linguagem arregimentada	Procura usar a linguagem comum, apelando a termos técnicos apenas raramente e sem pretensão explicativa
Visa descobrir relações funcionais (conhecimento novo)	Visa esclarecer relações gramaticais (aquilo que já se sabe)
Razões são tipos de causas	Razões não são causas
A normatividade é explicável em termos de relações funcionais	A normatividade não pode ser compreendida em termos não normativos
Regra como estímulo antecedente que descreve contingências	Regra como parâmetro de correção
Eliminativista	Anti-eliminativista
Existem eventos privados	Não faz sentido falar em eventos privados
Uma linguagem totalmente privada é impossível, pois sem contingências sociais não há linguagem	'Linguagem privada' é uma expressão incoerente, independentemente de considerações sobre sua aprendizagem

A linguagem para falar de eventos privados é falha	Não há nada de defectivo nos jogos de linguagem psicológicos
----------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------

Tabela 2: Sumário parcial das dissimilaridades

Como observado na introdução, a constatação dessas divergências tem a intenção de estender a comparação inicialmente elaborada por Day (1969), não a de contestar sua relevância. Depois de décadas, os motivos que o levaram a escrever aquele artigo permanecem deveras atuais.

I hope to stimulate a somewhat deeper appreciation of Skinner's views than is generally found among psychologists at the present time. I hope also to influence the critical appraisal of Skinner's work, so that it might come to bear more cogently upon the position as it has actually developed. I feel that much of the current criticism (e.g., Chomsky, 1959) misses its mark largely because it seems to take for granted that Skinner adopts philosophical perspectives which are in fact inimical to his views. (Day, 1969, p. 169).

O Behaviorismo, desde os seus primórdios, é alvo de abundantes críticas (Carrara, 2005). Boa parte delas não procede. Ora se atribui a behavioristas concepções que não têm, ora se toma por dado que defendem concepções que, na verdade, atacam, além de frequentemente se ignorar as diferenças entre suas variadas vertentes. O próprio Wittgenstein, que vez por outra se sentiu instado a mostrar que não era um behaviorista (1953, §307), de certa maneira resumiu a antipatia intrínseca dessa corrente de pensamento numa breve observação de teor estético: “Podemos compreender tudo o que queremos de um ponto de vista behaviorista (palavra horrenda)” (Salles; Cerqueira, 2007).

Behaviorismo, até o presente momento, permanece imerso nesse ar de “palavra feia”. Um número expressivo de autores contemporâneos (Hutto; Myin, 2013; Noë, 2004; Shapiro, 2011), por exemplo, tem procurado desenvolver alternativas ao projeto representacionista hegemônico nas ciências cognitivas, propondo uma concepção antirreducionista, pragmática e antirreferencialista, mas

nega resolutamente que isso seja propor uma forma de behaviorismo, quando seus críticos assim o dizem. Seus motivos para negá-lo são expostos *en passant*, como mera retificação terminológica pontual e sem especificar os autores ou escolas dos quais se querem diferenciar. O termo *behaviorismo* aí é mais uma pecha que uma verdadeira categoria de análise. Em contextos assim, os esforços de Day para apresentar Skinner de forma mais justa são muito válidos e apelar às suas similaridades com a figura de Wittgenstein, a quem os críticos do referencialismo e ismos relacionados costumam ver com bastante simpatia, parece ser uma estratégia apropriada.

Por outro lado, a apreciação produtiva dessas convergências requer certos cuidados. Quando o leitor que passou por sólida formação behaviorista radical e habituou-se a compreender o ser humano à luz dessa filosofia se depara com as *Investigações*, é natural que algumas das similaridades enumeradas por Day lhe saltem aos olhos, por vezes obscurecendo a identificação do que é próprio ao pensamento de Wittgenstein. Além de constituir uma chave de leitura das mais questionáveis, limitar-se a ver no texto wittgensteiniano apenas o que converge com as ideias de Skinner, nele buscando, sobretudo, endossar teses já defendidas por este último, deixa escapar o que, talvez, esse diálogo pode oferecer de mais interessante ao behaviorista radical: os desafios advindos do confronto com uma forma de pensar consideravelmente distinta, ainda que não totalmente estranha. Muitas são as reflexões relevantes que daí podem advir e o cotejo aqui realizado, oferecendo apenas um breve e incompleto panorama de algumas dessas possibilidades, é apenas um esforço preliminar a ser sucedido por exames mais aprofundados dos principais pontos discutidos.

Referências

ABIB, José A.D. *Teorias do comportamento e subjetividade na Psicologia*. São Carlos: UFSCAR, 1997.

ABIB, José A. D. Behaviorismo radical como pragmatismo na epistemologia. In: GUILHARDI, H. J.; MADI, M. B. B. P.; QUEIROZ, P. P.; SCOZ, M. C. (Org.), *Sobre comportamento e cognição: expondo a variabilidade* (Vol. 8), Santo André: ESETec, 2001. p. 158-161.

BAKER, Gordon P.; HACKER, Peter M.S. *Wittgenstein: rules, grammar and necessity*. Volume 2 of an analytical commentary on the Philosophical Investigations. Oxford: B. Blackwell, 1992.

BARNES-HOLMES, Dermot. Behavioral pragmatism: no place for reality and truth. *The Behavior Analyst*. v. 23, n. 2, 2000, p. 191-202.

BAUM, William. *Compreender o behaviorismo: ciência, comportamento e cultura*. Trad. M. Silva et al. Porto Alegre: Artmed, 1999. (Originalmente publicado em 1994).

BENNETT, Max; HACKER, Peter. *Neuroscience and Philosophy: brain, mind, and language*. New York: Columbia University Press, 2007.

BLOOR, David. *Wittgenstein: a social theory of knowledge*. London: MacMillan, 1983.

BLOOR, David. *Wittgenstein, rules and institutions*. London: Routledge, 1997.

CARRARA, Kester. *Behaviorismo radical: crítica e metacrítica*. São Paulo: UNESP, 2005.

CARVALHO NETO, Marcus. B. F. *Skinner e as explicações mentalistas para o comportamento: uma análise histórico-conceitual (1931-1959)*. 2001. Tese (Doutorado em Psicologia Experimental) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001. Disponível em:

< <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47132/tde-24032006-140557/publico/TeseCarvalhoNeto2001.pdf> >. Acesso em: 2 out. 2016.

CASTRO, Marina S. L. B.; de ROSE, Júlio C. C. *A ética skinneriana e a tensão entre descrição e prescrição no behaviorismo radical*. Santo André: ESETec, 2008.

CASTRO, Marina S. L. B. *O naturalismo ético no behaviorismo radical de B. F. Skinner*. 2013. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2013. Disponível em: < <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/4799/5365.pdf?sequence=1&isAllowed=y> >. Acesso em: 2 out. 2016.

CATANIA, Charles. B. F. Skinner's science and human behavior: its antecedents and its consequences. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*. v. 80, n. 3, 2003, p. 313-320.

CHURCHLAND, Paul. Eliminative Materialism and the propositional attitudes. *Journal of Philosophy*. v. 78, feb. 1981, p. 67-90.

COSTA, Nazaré. O que é behaviorismo mediacional. In: WIELENSKA, Regina Christina. (Org.). *Sobre comportamento e cognição: questionando e ampliando a teoria e as intervenções clínicas e em outros contextos*. v. 6. Santo André: ESETec, 2000. p. 13-16.

COSTALL, Alan. The limits of language: Wittgenstein's later philosophy and Skinner's radical behaviorism. *Behaviorism*. v. 8, 1980, p. 123-131,

CRUZ, Robson N.; CILLO, Eduardo N. P. Do mecanicismo ao selecionismo: uma breve contextualização da transição do behaviorismo radical. *Psicologia: Teoria e Pesquisa (UNB. Impresso)*. v. 24, 2008, p. 375-385. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722008000300015 >. Acesso em: 2 out. 2016.

DAY, Willard. On certain similarities between the *Philosophical Investigations* of Ludwig Wittgenstein and the operationism of B. F.

Skinner. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*. v. 12, n. 3, 1969, p. 489-506. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1338612/>>. Acesso em: 2 out. 2016.

DAY, Willard. On Skinner's treatment of the first-person, third-person psychological sentence distinction. *Behaviorism*. v. 5, n. 1, 1977, p. 33-37.

DITTRICH, Alexandre. *Behaviorismo Radical, Ética e Política: Aspectos Teóricos do Compromisso Social*. 2004. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2004a. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/4745>>. Acesso em: 2 out. 2016.

DITTRICH, Alexandre; ABIB, José A. D. O sistema ético skinneriano e consequências para a prática dos analistas do comportamento. *Psicologia: Reflexão e Crítica* (UFRGS. Impresso). Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 427-433, 2004b. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/prc/v17n3/a14v17n3.pdf>. Acesso em: 2 out. 2016.

DITTRICH, Alexandre. A atividade científica como objeto da ciência: uma perspectiva contextualista behaviorista radical. In: ENCONTRO da Rede Paranaense de Pesquisa em História e Filosofia da Ciência. 3. *Anais...* Curitiba: SCHLA/UFPR, 2005. p. 14-27.

DUTRA, Luiz H. A. Behaviorismo, operacionalismo e a ciência do comportamento científico. *Philosophos* (UFG). Goiânia, v. 9, n. 2, 2004, p. 179-206, Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/philosophos/article/view/3035>>. Acesso em: 2 out. 2016.

ENDEMANN, Peter; TOURINHO, Emmanuel Z. Linguagem e instituições sociais em Skinner e Austin. *Acta Comportamentalia*, v. 15, 2007, p. 207-228. Disponível em: <www.redalyc.org/pdf/2745/274520160006.pdf>. Acesso em: 2 out. 2016.

ESCOBAR, Marcus V. M. Behaviorismo radical e materialismo eliminativo: uma crítica ao mentalismo. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*. São Paulo, Vol. XVI, n. 2, 2014, p. 94-108.

Disponível em:

< <http://www.usp.br/rbtcc/index.php/RBTCC/article/view/697> >.

Acesso em: 2 out. 2016.

GLOCK, Hans-Johann. *A Wittgenstein dictionary*. Oxford: Blackwell, 1996.

HACKER, Peter. *Insight and illusion: themes on the philosophy of Wittgenstein*. Oxford: Clarendon Press, 1986.

HACKER, Peter. *Natureza humana: categorias fundamentais*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

HINELINE, Philip N. Private versus inner in multiscaled interpretation. *The Behavior Analyst*. v. 34, n. 2, 2011, p. 221-226. Disponível em:

< <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3211382/> >. Acesso em: 2 out. 2016.

HORWICH, Paul. Teorias da Verdade. In: BRANQUINHO, João; GOMES, Nelson; MURCHO, Desidério. (Orgs.). *Dicionário de Termos lógico-filosóficos*. São Paulo: Martins Fontes, v. , p. 790-795, 2006.

HUTTO, Daniel; MYIN, Erik. *Radicalizing enactivism: basic minds without content*. Cambridge: MIT Press, 2013.

LATTAL, K. A.; LAIPPLE, J. S. Pragmatism and behavior analysis. In: LATTAL, K. A.; CHASE, P. N. (Org.), *Behavior theory and philosophy*. Nova York: Kluwer Academic; Plenum, 2003. p. 41-61.

LAURENTI, Carolina; LOPES, Carlos. Explicação e descrição no behaviorismo radical: identidade ou dicotomia? *Psicologia: Teoria e Pesquisa (UnB. Impresso)*. v. 25, n. 1, 2009, p. 129-136. Disponível em: < www.scielo.br/pdf/ptp/v25n1/a15v25n1.pdf >. Acesso em: 2 out. 2016.

LEIGLANG, Sam. Radical behaviorism and the clarification of causality, constructs, and confusions: a reply to Hayes, Adams, and Dixon. *The Psychological Record*. v. 48, n. 3, 1998, p. 423-437. Disponível em: <<http://opensiu.lib.siu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1518&context=tpr>>. Acesso em: 2 out. 2016.

MALCOLM, Norman. Behaviorism as a Philosophy of Psychology. In: WANN, T. W. (Ed.). *Behaviorism and Phenomenology, contrasting bases for modern psychology*. Chicago: University Press for Rice University, 1964. p. 141-154.

MARQUES, Antônio. *O interior: linguagem e mente em Wittgenstein*. Lisboa: C. Gulbenkian, 2003.

MCGINN, Marie. *Wittgenstein and the Philosophical Investigations*. London: Routledge, 1997.

MELO, Camila M. *A concepção de homem no behaviorismo radical de Skinner: um compromisso com o "bem" da cultura*. 2004. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2004. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/4877>>. Acesso em: 2 out. 2016.

MONK, Ray. *Ludwig Wittgenstein: the duty of the genius*. New York: Macmillan, 1990.

MOORE, Jay. *Conceptual foundations of Radical Behaviorism*. Cornwall-on-Hudson: Sloan, 2008.

MOXLEY, Roy A. Sources for Skinner's pragmatic selectionism in 1945. *The Behavior Analyst*. v. 24, n. 2, 2001, p. 201-212. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2731505/>>. Acesso em: 2 out. 2016.

NOË, Alva. *Action in perception*. Cambridge: MIT Press, 2004.

NOË, Alva. *Out of our heads: why you are not your brain, and other lessons from the Biology of Consciousness*. New York: Hill and Wang, 2010.

PARACAMPO, Carla; ALBUQUERQUE, Luiz. Comportamento controlado por regras: revisão crítica de proposições conceituais e resultados experimentais. *Interação em Psicologia*. Curitiba, v. 9, n. 2, 2005, p. 227-237. Disponível em: < revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/4798 >. Acesso em: 2 out. 2016.

RUNDLE, Bede. *Mind in action*. New York: Oxford University Press, 1997.

SALLES, João Carlos; CERQUEIRA, Danilo. Wittgenstein e o Behaviorismo. In: SALLES, João Carlos. (Org.). *Empirismo, fenomenologia e gramática*. Salvador: Quarteto, 2007.

SCHONEBERGER, Ted. Verbal understanding: integrating the conceptual analyses of Skinner, Ryle, and Wittgenstein. *The Analysis of Verbal Behavior*. v. 9, 1991, p. 145-151. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2748534/> >. Acesso em: 2 out. 2016.

SCHROEDER, Severin. A tale of two problems: Wittgenstein's discussion of aspect perception. In: COTTINGHAM, John; HACKER, Peter. (Eds). *Mind, method, and morality: essays in honour of Anthony Kenny*. Oxford: Oxford University Press, 2010. p. 352-371.

SCHULTE, Joachim. *Experience and expression: Wittgenstein's Philosophy of Psychology*. New York: Orxford, 2003.

SHAPIRO, Lawrence. *Embodied cognition*. New York: Routledge, 2011.

SKINNER, B. F. *The behavior of organisms: an experimental analysis*. New York: Appleton-Century-Crofts, 1966. (originalmente publicado em 1938).

SKINNER, B. F. The operational analysis of psychological terms. *Psychological Review*. v. 52, n. 4, 1945, p. 270-277/291-294.

SKINNER, B.F. Current trends in Experimental Psychology. In: SKINNER, B. F. *Cumulative record: a selection of papers*. New York: Appleton-Century-Crofts, 1972. p. 195-313. (originalmente publicado em 1947).

SKINNER, B. F. *Verbal behavior: William James lectures*. (unpublished manuscript. Personal Collection, 1948).

SKINNER, B. F. *Walden II: uma sociedade do futuro*. São Paulo: EPU, 1978. (originalmente publicado em 1948).

SKINNER, B. F. Are theories of learning necessary? *The Psychological Review*. v. 57, 1950, p. 193-216.

SKINNER, B. F. *Science and human behavior*. Nova York: The Free Press, 1965. (originalmente publicado em 1953).

SKINNER, B.F. A case history in scientific method. In: SKINNER, B. F. *Cumulative record: a selection of papers*. New York: Appleton-Century-Crofts, 1972. p. 101-124. (originalmente publicado em 1956).

SKINNER, B. F. *Verbal behavior*. Cambridge: B. F. Skinner Foundation, 1992. Originalmente publicado em 1957.

SKINNER, B.F. The Design of Cultures. In: SKINNER, B. F. *Cumulative record: a selection of papers*. New York: Appleton-Century-Crofts, 1972. p. 39-50. (originalmente publicado em 1961).

SKINNER, B.F. Behaviorism at fifty. In: SKINNER, B. F. *Cumulative record: a selection of papers*. New York: Appleton-Century-Crofts, 1972. p. 133-171. (originalmente publicado em 1963).

SKINNER, B.F. An Operant analysis of problem solving. In: SKINNER, B. F. *Contingencies of reinforcement: a theoretical analysis*. New York: Appleton-Century-Crofts, 1969. p. 133-171. (originalmente publicado em 1966).

SKINNER, B.F. The design of experimental cultures. In: SKINNER, B. F. *Cumulative record: a selection of papers*. New York: Appleton-Century-Crofts, 1972. p. 59-65. (originalmente publicado em 1968).

SKINNER, B. F. *Beyond freedom and dignity*. New York: A. A. Knopf, 1971.

SKINNER, B. F. *About behaviorism*. Nova York: Vintage, 1976. (originalmente publicado em 1974).

SKINNER, B.F. Human Behavior and Democracy. In: SKINNER, B. F. *Reflections on behaviorism and society*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1978. p. 3-15. (originalmente publicado em 1977).

SKINNER, B. F. *Questões recentes na análise comportamental*. Campinas: Papirus, 2006.

SLUGA, Hans. Ludwig Wittgenstein: life and work an introduction. In: SLUGA, Hans; STERN, David. (Ed.). *The Cambridge Companion to Wittgenstein*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

STERN, David. *Wittgenstein on mind and language*. Oxford: Oxford University Press, 1995.

STICH, Stephen. *From folk psychology to cognitive science: the case against belief*. Cambridge: MIT Press, 1983.

STRAWSON, Peter. F. Imagination and perception. In: STRAWSON, Peter F. *Freedom and resentment and other essays*. London: Routledge, 2008.

THORNTON, Tim. *Wittgenstein: sobre linguagem e pensamento*. São Paulo: Loyola, 2007.

TOURINHO, Emmanuel Z. *Behaviorismo radical, representacionismo e pragmatismo: uma discussão epistemológica do pensamento de B. F. Skinner*. 1994. Tese (Doutorado em Psicologia Experimental) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994.

TOURINHO, Emmanuel Z. Behaviorismo radical, representacionismo e pragmatismo. *Temas em Psicologia*. Ribeirão Preto, v. 4, n. 2, ago. 1996, p. 41-56. Disponível em:

< http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1996000200004>. Acesso em: 2 out. 2016.

TOURINHO, Emmanuel Z. Private stimuli, covert responses, and private events: conceptual remarks. *The Behavior Analyst*. v. 29, n. 1, 2006, p. 13-31. Disponível em:

< <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2223175/> >. Acesso em: 2 out. 2016.

TOURINHO, Emmanuel, Z.; ENDEMANN, Peter. Linguagem e Conhecimento em B. F. Skinner e J. L. Austin. *Acta Comportamental*. v. 16, 2008, p. 117-137. Disponível em:

< www.redalyc.org/pdf/2745/274520188007.pdf >. Acesso em: 2 out. 2016.

TOURINHO, Emmanuel Z.; NENO, Simone. effectiveness as truth criterion in behavior analysis. *Behavior and Philosophy*. Concord, v. 31, n. 1, 2003, p. 63-81. Disponível em:

< <http://www.behavior.org/resource.php?id=121> >. Acesso em: 2 out. 2016.

TOURINHO, Emmanuel Z.; TEIXEIRA, Eveny R.; MACIEL, Josiane M. Fronteiras entre análise do comportamento e fisiologia: Skinner e a temática dos eventos privados. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. v. 13, n. 3, 2000, p. 425-434. Disponível em:

< www.scielo.br/pdf/prc/v13n3/v13n3a11.pdf >. Acesso em: 2 out. 2016.

WALLER, Bruce. Chomsky, Wittgenstein and the behaviorist perspective on language. *Behaviorism*. v. 5, 1977, p. 43-59.

WILLIAMS, Meredith. *Wittgenstein, mind and meaning: towards a social conception of mind*. New York: Routledge, 1999.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Notebooks 1914-1916*. Chicago: University of Chicago Press, 1984.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus logico-philosophicus*. Trad. Apres. e Intr. Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: EdUSP, 2001. (originalmente publicado em 1921).

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (originalmente publicado em 1953).

WITTGENSTEIN, Ludwig. *The blue and brown books*. Oxford: B. Blackwell, 1969.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophical grammar*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1978.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Remarks on the Philosophy of the Psychology: Volumes I e II*. Chicago: University of the Chicago Press, 1980.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Last writings on the Philosophy of the Psychology: Volumes I e II*. Chicago: University of the Chicago Press, 1982.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Cultura e valor*. Lisboa: 70, 2000.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *The big typescript: TS 213*. German-English Scholar's Edition. Oxford: Blackwell, 2005.

ZILIO, Diego. *A natureza comportamental da mente: behaviorismo radical e filosofia da mente*. São Paulo: Cultura Acadêmica (Unesp), 2010. Disponível em: <repositorio.unesp.br/handle/11449/110753>. Acesso em: 2 out. 2016.

ZILIO, Diego. *Análise do comportamento e neurociências: em busca de uma síntese possível*. 2013. Tese (Doutorado em Psicologia Experimental) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47132/tde-22112013-163002/>. Acesso em: 2 out. 2016.

ZILIO, Diego. Who, what, and when: Skinner's critiques of Neuroscience and his main targets. *The Behavior Analyst*. v. 39, n. 2, oct. 2016, p. 197-218.

ZURIFF, Gerald E. Science and human behavior, dualism, and conceptual modification. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*. v. 80, n. 3, 2003, p. 345-352. Disponível em:
< www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1284967 >. Acesso em: 2 out. 2016.

Artigo recebido em 3/10/2016, aprovado em 7/12/2016